



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

RADIODIFUSÃO UNIVERSITÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: governança, transparência e valor público na Rádio Educativa UFMS 99.9

Wendy dos Santos Tonhati
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
wendy.tonhati@ufms.br

Yasmin Gomes Casagranda
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
yasmin.casagranda@ufms.br

RESUMO

No Brasil, as rádios universitárias constituem um espaço de mediação entre ciência, cultura, serviço e cidadania. Diferenciam-se das emissoras comerciais por ancorarem sua missão no interesse público e na finalidade educativa, mesmo sem enquadramento específico que as defina como categoria própria. Este estudo teve como objetivo investigar como a radiodifusão universitária opera como política pública de comunicação, promovendo pluralidade, transparência e participação social. Com base em pesquisa bibliográfica e análise documental, o artigo apresenta a Rádio Educativa UFMS 99.9, vinculada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, inserida no contexto recente de expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública, coordenada pela Empresa Brasil de Comunicação, para analisar como a emissora traduz esses princípios em práticas de governança, transparência e curadoria da programação, articulando conteúdos de rede e produção local. Como resultado, propõe uma tabela *checklist* que sistematiza conceitos, princípios e instrumentos de governança, curadoria de conteúdo, transparência e participação social que estruturam o serviço público de comunicação e podem ser utilizados como guia por rádios universitárias.

Palavras-chave: Radiodifusão universitária; Comunicação pública; Governança; Rádio educativa; Valor público.



1 INTRODUÇÃO

As rádios universitárias estão presentes no Brasil desde meados do século XX e constituem espaços de mediação entre educação, ciência, cultura, música, prestação de serviço e cidadania. Diferenciam-se das emissoras comerciais porque se orientam pelo interesse público e pela finalidade educativa, e não pela lógica comercial. Ainda assim, “rádio universitária” não corresponde, na legislação brasileira, a uma categoria própria de outorga. Essas emissoras operam, em geral, na modalidade educativa, ao lado de outros arranjos institucionais, o que ajuda a explicar a variedade de formatos existentes nesse campo.

A literatura da área mostra que a radiodifusão universitária ainda é um campo em constituição no Brasil. Kischinhevsky, Mustafá, Pieranti e Hang (2019) observam que esse objeto carece de estudos específicos. Esse ponto ajuda a entender por que o setor se desenvolveu de forma desigual, sem um modelo único de organização. Em vez de uma trajetória homogênea, o que se vê é um conjunto de emissoras marcadas por diferentes vínculos institucionais, formas de gestão e modos de inserção na vida universitária e social.

Esse debate ganha força quando a rádio universitária é pensada para além do laboratório acadêmico e situada no terreno da comunicação pública. No caso das emissoras vinculadas a universidades federais, Del Bianco, Pinheiro e Lopez (2024) lembram que elas integram o Serviço de Radiodifusão Pública e, por isso, devem ser lidas à luz de princípios como pluralidade, diversidade, promoção da cultura nacional e regional, compromisso com a educação e participação social. Ao analisar 26 emissoras federais, os autores identificam predominância da autoidentificação como serviço educativo, forte valorização das culturas local e regional e escassez de mecanismos de participação social. A relevância do tema está aí. Não basta existir a emissora. É preciso observar como sua identidade pública aparece na programação, na gestão e nos instrumentos de relação com a sociedade.

Na prática, esse movimento aparece tanto na expansão recente da radiodifusão universitária quanto na articulação em rede entre emissoras públicas. Pieranti (2024) registra que a radiodifusão universitária surgiu no Brasil em 1950 e que, a partir de 2023, houve um movimento coordenado entre governo federal, EBC, universidades públicas e institutos federais. No mesmo sentido, a RNCP se apresenta como uma rede voltada ao fortalecimento da comunicação pública em escala nacional, com oferta de conteúdos informativos, educativos, culturais e de entretenimento com relevância social. Para este artigo, esse cenário

é decisivo porque desloca a análise para problemas concretos de governança, curadoria, documentação institucional e articulação entre rede e produção local.

Diante desse quadro, o artigo tem como objetivo geral analisar como a radiodifusão universitária opera como política pública de comunicação e como a Rádio Educativa UFMS 99.9, inserida na RNCP, traduz esses princípios em práticas de governança, transparência e curadoria entre rede e local. Como objetivos específicos, busca descrever o enquadramento institucional da emissora, examinar os documentos que orientam sua programação e sua gestão, identificar elementos de transparência e participação social e propor um checklist de indicadores e boas práticas voltado à sistematização desses critérios. A questão que orienta a pesquisa é: como a Rádio Educativa UFMS operacionaliza, no contexto da RNCP, os princípios de comunicação pública por meio de governança, transparência e curadoria entre conteúdo de rede e local?

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 As primeiras experiências com rádio nas universidades

As experiências com rádios universitárias surgiram logo nas primeiras décadas após o surgimento do rádio, na virada do século XIX para o XX. Não há consenso sobre um único inventor do rádio, o que explica a referência a diferentes “pais” dessa invenção em diferentes países. No Brasil, embora haja debate sobre as iniciativas pioneiras, a literatura sobre o tema fixa o 7 de setembro de 1922 como “estreia oficial” da radiodifusão, durante o Centenário da Independência, com o discurso do presidente Epitácio Pessoa e a execução da ópera O Guarani, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. A abertura da ópera de Carlos Gomes consolidou-se, depois, como o tema de abertura do programa A Voz do Brasil, reforçando o lugar dessa obra na memória radiofônica dos brasileiros (Ferraretto, 2018; Bonetti Silva, 2018).

Na América Latina, estudos apontam a emissora da Universidad Nacional de La Plata, de 1924, na Argentina, como referência inaugural. Em paralelo, documentos norte-americanos registram a atuação da Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, ainda na década de 1910, com boletins meteorológicos e econômicos. Desta forma, a historiografia indica trajetórias paralelas e similares de rádios ligadas às universidades (Vázquez Guerrero, 2015).

O pioneirismo das universidades latino-americanas inclui a Universidad Nacional del Litoral, em 1931, na Argentina, a Rádio da Universidad de Antioquia, em 1933, na Colômbia, a Rádio da Universidad Técnica Federico Santa María, em 1937, no Chile, e a Rádio UNAM, também em 1937, no México. Nestes casos, predominaram transmissões com conteúdos educativos, culturais, conferências e divulgação científica, com orientação não lucrativa e unindo universidade e sociedade por meio de conteúdos de interesse público e acadêmico adaptados às realidades locais e regionais (Vázquez Guerrero, 2015).

No Brasil, o rádio tornou-se a principal fonte de informação da população a partir dos anos 1940 e não demorou para que as rádios universitárias surgissem no país, logo na década seguinte, mesmo em um ambiente dominado por emissoras privadas. Em 1951, a Rádio da Universidade AM (1080 kHz) deu início às transmissões (Kischinhevsky; Mustafá; Malerba; Monteiro, 2019). Desta forma, a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) conhecida como Rádio da Universidade ou Universidade AM, foi a primeira rádio universitária brasileira em operação regular, com outorga inicial de natureza comercial e posterior enquadramento educativo a partir do Decreto-Lei nº 236/1967, o que moldou identidade, gestão e programação nas décadas seguintes (Del Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024; Brasil, 1967).

A trajetória institucional da Rádio UFRGS está descrita em seu portal. A emissora iniciou as atividades experimentais em 1º de julho de 1950, como radiotelefônica gerida por docentes da Escola de Engenharia. Em janeiro de 1951, foi realizada a inauguração e, em junho de 1953, entrou no ar com um transmissor de 2 kW em ondas curtas. Em 31 de dezembro de 1953, a rádio saiu do ar por realizar transmissão de programação musical. A rádio possuía apenas autorização para fazer transmissões de programas educativos e de aulas e atividades relacionadas à universidade.

Em seguida, o reitor Elyseu Paglioli solicitou, no Rio de Janeiro, a concessão de canal em ondas médias. A licença definitiva foi expedida em 1956, já no governo Juscelino Kubitschek, autorizando a operação em 1080 kHz. Entre agosto e novembro de 1957, ocorreram transmissões experimentais. Em 18 de novembro de 1957 estreou oficialmente, e a reinauguração solene foi em 18 de março de 1958, com transmissão dos atos e presença do presidente da República (UFRGS, s.d.).

Na sequência, vieram a Rádio Universitária 1570 kHz da Universidade Federal de Itajubá, em 1961, e a Universitária AM 820 da Universidade Federal de Pernambuco, em 1963. A primeira FM universitária em operação foi a Rádio USP 93,7 MHz, criada em 1977

(Kischinhevsky; Mustafá; Pieranti; Hang, 2019).

2.2 Afinal, rádios educativas ou universitárias?

No Brasil, as fronteiras entre “rádio universitária” e “rádio educativa” não são exatamente delimitadas e se complementam, principalmente, na radiodifusão pública. Do ponto de vista regulatório, não existe a categoria “rádio universitária” como classe de outorga pelo Ministério das Comunicações (MCOM). Há somente a outorga para a categoria “rádio educativa”, sendo a legislação estruturante dessa noção o Decreto-Lei nº 236/1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117/1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Segundo a página do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a radiodifusão educativa abrange o serviço de rádio em frequência modulada (FM) e a televisão, com veiculação exclusiva de programação educativo-cultural, sem finalidade comercial ou lucrativa (MCTI, s.d.). Nesse escopo, as rádios universitárias fazem parte da categoria Radiodifusão Educativa e são mantidas por instituições de ensino superior, públicas ou privadas, e operam com a finalidade de promover a educação e a cultura (Brasil, 1967; Brasil, 1988; Brasil, 2008; Del Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024).

Contudo, nem todas as rádios universitárias trazem a designação “educativa” no nome. Em muitos casos, a emissora é identificada apenas pelo nome da instituição acompanhado do termo “Universitária”. Também existem rádios educativas mantidas por governos e fundações que não têm vínculo com universidades. Essa distinção é importante para não confundir identidade institucional com regime jurídico-regulatório.

Para explicitar a lógica jurídica associada ao termo “educativa”, vale retomar a redação do art. 13 do Decreto-Lei nº 236/1967, ainda que o dispositivo trate literalmente da televisão educativa:

Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

A Constituição de 1988 estabeleceu a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal de comunicação, além de determinar os princípios específicos para o serviço



público de radiodifusão. Já a Lei nº 11.652/2008 fixou princípios do Serviço de Radiodifusão Pública e criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Partindo deste enquadramento, as emissoras vinculadas a universidades federais integram o serviço público de radiodifusão. Deste contexto surgem princípios para gestão e conteúdo e governança.

No conteúdo, destacam-se pluralidade, diversidade, promoção de culturas nacionais e regionais e compromisso educativo. Na dimensão cidadã, aparece a missão de fomentar cidadania e democracia por meio do direito à informação e à livre expressão (Del Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024).

O desenho institucional das emissoras universitárias é variado, sendo a maioria financiada pela própria universidade e operando como laboratório de ensino, extensão e prestação de serviço à comunidade. Há ainda experiências em instituições privadas e formatos com maior protagonismo estudantil ou perfil comunitário, o que reforça o caráter multifacetado do segmento das rádios universitárias (Kischinhevsky; Mustafá; Pieranti; Hang, 2019).

Os mesmos autores reforçam que, do ponto de vista regulatório, “rádio educativa” abrange emissoras de radiodifusão sonora, hoje majoritariamente em FM, sob responsabilidade de universidades, governos e fundações, com finalidade educativa e cultural. Para cumprir esse propósito, a curadoria musical deve refletir pluralidade, valorizar produção regional, contemplar gêneros diversos e incluir artistas independentes, evitando listas homogêneas ou repertórios guiados por interesses comerciais.

As emissoras vinculadas a universidades federais operam, em regra, sob outorga educativa e podem ser situadas no campo da radiodifusão pública. Entretanto, a trajetória dessas rádios não é uniforme e foi marcada por interferências do patrimonialismo e do clientelismo, inclusive com a entrega de emissoras educativas a fundações privadas vinculadas a políticos (Del Bianco; Pinheiro; López, 2024).

Isso ocorreu, conforme os autores, porque diversas emissoras educativas passaram ao controle de fundações privadas ligadas a agentes políticos. Como resultado, essa herança histórica produziu tensões entre as concepções de serviço educativo e de serviço estatal ou governamental, sobretudo em relação aos objetivos e princípios que orientaram cada modalidade.

Atualmente, os avanços da internet ampliaram o alcance e a diversidade dos formatos e parcerias e mantiveram a orientação de interesse público e educacional, porém persistem



limitações materiais e pressões internas que afetam as rotinas e a capacidade de cumprir a missão de modo consistente (Vázquez Guerrero, 2015; Kischinhevsky; Mustafá; Pieranti; Hang, 2019).

2.3 O rádio como campo de pesquisa

O campo de estudos sobre o rádio ganhou institucionalidade no Brasil nos anos 1990 e chegou ao momento atual com a produção de levantamentos recentes que sistematizam dados e relatam o subcampo universitário, com análise documental de regulamentos e análise de conteúdo de sites e redes sociais (Kischinhevsky; Mustafá; Pieranti; Hang, 2019). Mesmo que a pesquisa sobre a radiodifusão tenha se consolidado, o tema das emissoras universitárias segue menos explorado do que outras vertentes. Predominam abordagens históricas e de radiojornalismo, e há demanda por estudos sobre gestão, programação e vínculos com a sociedade (Kischinhevsky; Lopez; Benzecry, 2019).

Autores da área indicam que a programação das rádios universitárias organiza-se, geralmente, em três eixos: música, informação e jornalismo, valorizando repertórios regionais e locais, acolhendo gêneros pouco presentes na rádio comercial e buscando pluralidade de vozes como alternativa qualificada à mídia tradicional. Noticiários de interesse público priorizam serviço, conscientização e engajamento cívico. Há espaço para agenda cultural, debates sobre temas sociais e divulgação de ciência e tecnologia produzidas nas universidades. Por outro lado, persistem dependências de conteúdo de agências e veículos-referência, e as grades alternam boletins de serviço e programas de maior fôlego, combinando prestação de serviço imediata com análise e entrevistas (Kischinhevsky et al., 2019; Ribeiro; Monteiro, 2020).

2.4 Dimensão institucional, gestão e participação social

A literatura registra tensões entre dimensões pública, institucional e educacional das emissoras universitárias. A articulação entre formação profissional, desenho de programação e interesse público depende de independência editorial, transparência e autonomia administrativa e financeira. Quando esses pilares são frágeis, a função educativa se dilui e a prestação de contas perde densidade diante da sociedade civil (Del Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024).

Os arranjos organizacionais explicam parte dessa variação. Há emissoras operadas por servidores públicos, estruturas com profissionais contratados, fundações de apoio e vínculos diretos com faculdades de comunicação, além de formatos híbridos. Essa diversidade afeta rotinas, fluxo decisório e linha editorial, modulando a aderência a princípios de comunicação pública e a capacidade de equilibrar serviço, pesquisa, extensão e jornalismo. Governança clara tende a proteger a autonomia das redações e a consolidar transparência (Kischinhevsky; Mustafá; Pieranti; Hang, 2019).

Em síntese, as rádios universitárias participam do movimento de democratização da comunicação. Aproximam o público do microfone. Ampliam o pluralismo informativo e o acesso à informação, cultura e conhecimento em perspectiva local e regional. O reconhecimento da sua importância e a articulação em redes são condições para expandir o alcance democrático, sobretudo com formatos digitais e compartilhamento de conteúdos em parceria com universidades e coletivos (Del Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024; Vázquez Guerrero, 2015; Kischinhevsky; Mustafá; Pieranti; Hang, 2018).

2.5 Comunicação pública como política pública: conceitos e debates

As rádios universitárias e educativas dão forma à comunicação pública ao operarem sem fins lucrativos, mediar a relação entre universidades e sociedade e oferecer programação de interesse geral com informação, cultura e serviço ao cidadão. Esse modo de funcionamento aproxima o segmento da noção de serviço público de radiodifusão e exige diretrizes de governança, autonomia editorial, transparência e participação social para garantir qualidade e *accountability*, inclusive na curadoria musical e na cobertura jornalística (Kischinhevsky et al., 2019; Pinheiro, 2016; Brasil, 2008; Brasil, 1963).

No plano das políticas públicas, marcos legais e arranjos institucionais organizam instrumentos, responsabilidades e métricas de valor público, condição para preservar a pluralidade e a finalidade educativa diante de desafios de implementação, financiamento e transformação digital em redes de cooperação. Essa forma de operar dialoga com o interesse público, o direito à informação e à participação cidadã como critérios de qualificação da política de comunicação nas instituições e nos meios públicos (Pieranti; Martins, 2008; Del Bianco, 2019; Pinheiro, 2016).

Entre as referências estruturantes sobre comunicação pública, Pierre Zémor define a comunicação pública pelas missões do Estado de direito e pelos serviços públicos,



distinguindo-a da comunicação política e situando o cidadão como interlocutor ativo e parte da decisão. A redemocratização e a Constituição de 1988 deslocaram o foco da propaganda para a *accountability* e favoreceram o tratamento autônomo do conceito na produção acadêmica brasileira, com ênfase em responsabilização e voz cidadã nas políticas de comunicação de organizações públicas e universidades.

Do ponto de vista operacional, os autores propõem parâmetros que reforçam a ponte entre as rádios universitárias e educativas e a comunicação pública. Brandão enfatiza a dimensão processual da comunicação pública como espaço de negociação entre Estado, governo e sociedade com acesso, diálogo e participação. Duarte (2011) sintetiza quatro eixos para orientar políticas e rotinas nas emissoras e nas estruturas de comunicação pública: transparência, acesso, interação e ouvidoria social.

Estudos recentes reforçam a missão no interesse geral e na aderência a normas e procedimentos típicos dos serviços públicos, articulando transparência, controle social e avaliação contínua de resultados e de valor público entregue à comunidade. A crítica ao “modelo propaganda” alerta para riscos de captura e conversão de emissoras públicas em aparelhos de governo, reforçando a defesa de projetos orientados pelo direito à informação e pela autonomia dos cidadãos (Del Bianco, 2019).

2.6 Rede Nacional de Comunicação Pública

No Brasil, ao longo dos anos, as políticas de radiodifusão combinaram investimento estatal em infraestrutura e organização informacional e expansão por meio de empresas privadas. Entre os investimentos estatais estão a criação da Embratel (1965), da Telebrás (1972) e da Radiobrás (1975), além da expansão de enlaces por satélite, difusão da TV em cores e aumento da distribuição do rádio e da televisão nas regiões do país. Já a expansão privada foi estimulada por outorgas e a concessão de frequências, um bem público, com critérios políticos recorrentes, favorecendo alianças com empresários e parlamentares e consolidando a concentração do setor, o que ajuda a explicar debates sobre independência da mídia e a distinção entre liberdade de imprensa e liberdade de empresa (Pieranti; Martins, 2008).

A Radiobrás foi reconfigurada e deu origem à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada pela Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que estabeleceu princípios e objetivos do serviço público de radiodifusão e definiu elementos de governança como conselhos,

finalidades e diretrizes editoriais.

Na página institucional, a EBC apresenta a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), que reúne emissoras de televisão e rádios públicas e privadas de caráter público, além de canais educativos e culturais, tanto do sistema aberto quanto do serviço por assinatura, com programação voltada à educação, arte, cultura, informação e ciência.

Conforme as informações apresentadas, em 2024, a RNCP contava com mais de 110 emissoras de televisão e cerca de 150 de rádio, incluindo emissoras em pleno funcionamento e as que estão em fase de implantação. Para o primeiro semestre de 2026, estavam previstas mais de 30 novas estações de televisão e rádio em diversos locais. A iniciativa faz parte do programa Brasil Digital, coordenado pelo Ministério das Comunicações (MCom) e implementado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O início das transmissões simultâneas das TVs da rede é apontado para maio de 2010, quando veículos da EBC passaram a integrar grade comum com sete emissoras universitárias e 15 estações públicas estaduais. A adesão à rede ocorre por meio de contratos e acordos de cooperação. As emissoras parceiras comprometem-se a veicular parte da programação nacional, com ou sem simultaneidade, enquanto a EBC oferece suporte técnico, capacitação, cessão de equipamentos, em alguns casos, além de dar maior alcance nacional aos conteúdos regionais (EBC, 2024).

A partir de 2023, a EBC retomou a expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública em cooperação com instituições de ensino, com acordos firmados com universidades federais e institutos federais e, depois, com universidades estaduais e municipais, prevendo janelas diárias para conteúdo local e compartilhamento de infraestrutura editorial e técnica, o que reposiciona rádios universitárias e educativas como capilaridade estratégica do sistema público (Lei nº 11.652/2008; EBC, 2023; EBC, 2024; Pieranti, 2023).

2.7 Por que indicadores importam?

As rádios educativas universitárias lutam diariamente para entregar uma programação que cumpra sua finalidade pública, conectando ciência, cultura e serviço ao cotidiano do ouvinte, mesmo diante de barreiras como falta de infraestrutura, carência de pessoal especializado e pressões internas para atuarem apenas como canal institucional (Kischinhevsky et al., 2019; Ribeiro; Monteiro, 2020). A Rádio Educativa UFMS não é diferente desse cenário, e é justamente por isso que faz sentido organizar critérios objetivos de



gestão e conteúdo consonante à missão editorial e que ampliem o valor público entregue.

A literatura recente sobre rádios universitárias mostra que elas são parte do campo da comunicação pública e educativa, mas esbarram em desafios estruturais que, se não forem enfrentados, as afastam do interesse público e as aproximam da lógica de assessoria. Também registra dependência frequente de agências e assessorias e instabilidade organizacional, o que reforça a necessidade de métricas e rotinas claras para curadoria, jornalismo, participação social e prestação de contas (Kischinhevsky et al., 2019; Del Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo se configura como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, voltada ao estudo da radiodifusão universitária no contexto da comunicação pública no Brasil. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, contribuindo para o aprimoramento de ideias e para a descoberta de intuições.

Nesse sentido, o objetivo central do estudo é sistematizar conceitos, princípios e instrumentos de governança, curadoria de conteúdo, transparência e participação social que estruturam o serviço público de comunicação, com base, principalmente, nos estudos da área e em instrumentos legais brasileiros.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um artigo teórico-aplicado, com foco em revisão de literatura especializada e análise documental e normativa de marcos institucionais relacionados ao serviço público de radiodifusão e à Rádio Educativa UFMS. A pesquisa foi delineada com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados (Gil, 2002).

Ainda segundo o autor, a classificação da pesquisa a partir do delineamento considera o procedimento adotado para a coleta de dados. No presente estudo, foram mobilizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A primeira apoia-se especialmente em artigos científicos, enquanto a segunda trabalha com fontes mais diversificadas e dispersas, incluindo documentos de primeira mão, que ainda não receberam tratamento analítico. A escolha dessa abordagem se justifica pela necessidade de construir um quadro de referência capaz de orientar práticas e políticas institucionais em rádios universitárias brasileiras, com aplicação direta ao caso da Educativa UFMS.

O corpus da pesquisa documental foi embasado em marcos regulatórios da radiodifusão educativa no Brasil e por documentos institucionais da UFMS e da Rádio Educativa

UFMS, disponíveis na página eletrônica institucional da emissora e em pesquisa ao boletim de atos oficiais da Universidade para acesso aos regimentos internos antigos e fora de vigência.

Foram incluídos os dois primeiros regimentos (2017 e 2021) e o regimento em vigor (2025), que além de atualizações pontuais, inovou com a inclusão da TV UFMS no Conselho Consultivo, que passou a se chamar Conselho Consultivo da Rádio Educativa UFMS 99.9 e TV UFMS.

Quadro 1.

Documento	Ano	Função	Categoria analítica
DECRETO-LEI Nº 236	28/02/1967	Explicitar o enquadramento da radiodifusão educativa no Brasil	Regulação, radiodifusão educativa
LEI Nº 11.652	07/04/2008	Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC.	Serviço público de radiodifusão, valor público
Regimento Interno da Rádio Educativa UFMS 99.9.	2017	Identificar missão, natureza, estrutura, competências e instâncias de decisão da emissora.	Governança, organização institucional, finalidade pública.
Regimento Interno da Rádio Educativa UFMS 99.9.	2021	Identificar missão, natureza, estrutura, competências e instâncias de decisão da emissora.	Governança, organização institucional, finalidade pública.
Regimento Interno da Rádio Educativa UFMS e da TV UFMS	2025	Identificar missão, natureza, estrutura, competências e instâncias de decisão da emissora.	Governança, organização institucional, finalidade pública.
NOR 402 - Norma da Rede Nacional de Comunicação Pública / Rádio	21/12/2021	Disciplinar o funcionamento da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádio – RNCP/Rádio.	Governança, organização institucional, finalidade pública.
Manual de Padronização e Estilo da Comunicação Institucional da UFMS	2023	Padronizar as normas de redação utilizadas pela Comunicação Social e Científica em toda a UFMS.	Critérios editoriais, linguagem institucional, transparência.
Política de Comunicação da UFMS	2025	Delimitar princípios gerais da comunicação institucional e situar a rádio den-	Governança, transparência, in-

		tro da política de comunicação da Universidade.	teresse público.
--	--	---	------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Para os propósitos deste artigo, os documentos foram examinados a partir das categorias governança, transparência, organização institucional, missão editorial, participação e valor público, conforme o quadro 1.

Com essas informações, o trabalho propõe sistematizar uma tabela de indicadores e sugestões baseada na cartografia do subcampo e nos estudos sobre programação e jornalismo em rádios universitárias. Essa base justifica incluir itens como enquadramento educativo explícito, governança com conselho ativo e atas públicas, mecanismos de participação e ouvidoria, foco local articulado em rede e políticas de diversidade e acessibilidade, já que o segmento opera sem tipificação regulatória própria e precisa tornar mais verificáveis missão, critérios de programação e resultados.

A Educativa UFMS insere-se nesse cenário e, por isso, faz sentido adotar parâmetros objetivos de gestão e conteúdo que protejam a missão editorial e ampliem o valor público entregue, articulando programação, mediação com a comunidade e prestação de serviços em formatos acessíveis.

Com base na literatura sobre radiodifusão universitária, foi sistematizada uma tabela de indicadores e sugestões com base nos autores Kischinhevsky, Mustafá, Pieranti e Hang, que estudam as rádios universitárias no Brasil, e evidenciam a diversidade de arranjos e registrando que “rádio universitária” não é categoria reconhecida na legislação, o que reforça a importância de tornar mais verificáveis missão, critérios de programação e resultados mediante políticas editoriais, regimentos e instâncias de controle social.

Os indicadores desenvolvidos a partir desses levantamentos priorizam enquadramento educativo explícito das rádios, governança com conselho ativo e atas públicas, participação e ouvidoria, foco local articulado em rede e políticas de diversidade e acessibilidade, todos elementos que reforçam legitimidade, *accountability* e circulação de conhecimento em perspectiva pública e que dialogam com marcos como a Lei nº 11.652/2008 e as diretrizes do serviço público de radiodifusão. Desta forma, os indicadores e sugestões apresentados resultam da convergência entre o que a literatura descreve como missão do rádio universitário e as exigências institucionais do serviço público de radiodifusão.

A tabela foi elaborada pela autora com base nos artigos de Kischinhevsky, Mustafá, Malerba e Monteiro, Rádios universitárias entre a comunicação institucional e o jornalismo



(2019), de Locatelli, Luz e Pecoraro, Comunicação pública e transparência: questões conceituais para a pesquisa (Organicom, 2024), e no capítulo Modelo de programação das rádios universitárias públicas: além dos muros do campus, a estação do conhecimento, de Rafael Medeiros e Nísio Teixeira, publicado em Rádios universitárias: experiências e perspectivas, organizado por Eliana Albuquerque e Norma Meireles (2019).

Como apoio ao desenvolvimento do trabalho, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial para a localização inicial de literatura e à revisão do texto. As sugestões geradas foram submetidas à checagem, seleção e validação pela autora.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 A Rádio Educativa UFMS 99.9 como caso empírico

O rádio segue essencial para grande parte da população pela capacidade de transpor barreiras econômicas e tecnológicas, atender públicos com baixa escolarização e alcançar áreas remotas, o que reforça inclusão informacional e cultural (ONU, 2025).

Para emissoras públicas e educativas, atuar no contexto local e regional é princípio constitutivo, sempre prestando atenção à identidade e à diversidade cultural, à função social e ao foco em temáticas regionais, em formatos que combinam serviço, cultura e participação. Esse enquadramento está previsto nas balizas normativas e de políticas públicas brasileiras e se reforça nos estudos recentes sobre radiodifusão pública e rádios universitárias (Del Bianco, 2019; Del Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024).

A Rádio Educativa UFMS 99.9 foi inaugurada em junho de 2016 como emissora pública e educativa sediada na Cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, com estúdios digitais e transmissor de 1 kW para cobertura da capital, trajetória documentada por reportagem local e por textos acadêmicos que registram o passado experimental nos anos 1990, a cessão com a EBC e a entrada oficial no ar em 2016 (Mesquita, 2016; Ota; Maluly, 2015).

A trajetória da rádio nasce de experiências universitárias no curso de Jornalismo, que antecedem a outorga oficial e explicam a escolha por um modelo educativo-cultural, com a chamada Rádio Alternativa UFMS entre os anos de 1990 e 2002. Sobrinho e Ota (2024) apontam que a criação da rádio ocorreu logo no ano seguinte ao início do curso de Jornalismo, em 1989. A programação ficava a cargo dos professores e estudantes, com jornalismo,

programação musical, humor e até transmissão de shows ao vivo. No ano 2000, foram instaladas caixas de alto-falante no corredor central da Cidade Universitária, que veiculavam a programação da rádio. Em 2002, a rádio foi fechada por não ter permissão para funcionamento. Após o encerramento das atividades, como prática laboratorial do curso de Jornalismo, os conteúdos da disciplina de radiojornalismo eram veiculados apenas em caixas de som do corredor central da Cidade Universitária, cobrindo poucos metros da Universidade. Em 2009, a UFMS protocolou no então Ministério das Comunicações pedido de emissora educativa em FM (Sobrinho; Ota, 2024).

O processo de implantação consolidou-se em etapas formais, com concessão do canal em 12 de abril de 2010, assinatura de cessão com a EBC em 2013 e início das transmissões em junho de 2016, sequência que estrutura o arranjo técnico, jurídico e editorial do projeto (Ota; Maluly, 2015; Mesquita, 2016).

No lançamento oficial, em 21 de junho de 2016, a Universidade enfatizava a missão educativa e cultural, com destaque para música brasileira e sul-mato-grossense e janelas de jornalismo com participação discente, resgatando o passado experimental da década de 1990 e inserindo-o em grade estável de serviço e cultura (Mesquita, 2016).

O panorama local, anterior à 99.9, era formado por três rádios educativas em FM, a FM UCDB e a Uniderp FM, de universidades privadas, e a 104 FM Rádio MS, pública, não universitária. Estudos locais apontam que as duas primeiras partiram de uma vocação pedagógica e de formatos alternativos, mas migraram, ao longo do tempo, para lógicas próximas ao mercado, enquanto a 104 FM, mantida por fundação estadual, foi por décadas a única educativa pública em FM da capital (Comineti, 2015).

A análise sobre a 104 FM evidencia uma emissora pública com centralização decisória, sujeita a mudanças de gestão associadas a ciclos políticos e com tendência à divulgação de informação governamental em seu radiojornal, o que ilustra o desafio de assegurar participação social e autonomia editorial na radiodifusão pública estadual e ajuda a contextualizar o ambiente em que a UFMS estruturou sua FM educativa (Comineti, 2015).

No plano conceitual e programático, o artigo coordenado por Daniela C. Ota (2015) propõe diretrizes para a FM da UFMS, com pluralidade de vozes e participação da comunidade interna e externa, jornalismo com função pedagógica e mediadora, curadoria musical orientada por critérios educativos e culturais com valorização da cultura regional, rejeição a conteúdos discriminatórios e uma grade que evite elitismos, além de discutir apoio cultural, acessibilidade e limites à presença de políticos e proselitismo religioso na

programação para preservar a identidade educativa (Maluly; Ota; Comineti et al., 2015).

Na extensão e na formação, o programa Rádio Corredor, associado às disciplinas de Laboratório de Radiojornalismo, aparece como prática laboratorial de rádio pública educativa, com produção integral dos estudantes, equilíbrio entre blocos jornalísticos e musicais e busca de diversidade de fontes segundo tipologias reconhecidas na pesquisa em jornalismo, consolidando a 99.9 FM como espaço de formação e de interlocução universidade-sociedade (Sobrinho; Ota, 2024). Atualmente, o programa, feito pelos estudantes com supervisão da professora da disciplina, é produzido nos laboratórios do curso de Jornalismo e transmitido pela Rádio Educativa UFMS para toda a cidade, pela frequência 99.9.

O histórico da Educativa UFMS combina um embrião acadêmico dos anos 1990, que sedimenta cultura de produção radiofônica, um processo institucional de 2009 a 2016, que percorre concessão, cessão com a EBC, compras e entrada no ar, um posicionamento editorial ancorado em pluralidade, missão educativa e valorização cultural, e a integração da extensão como eixo de formação e serviço público para a comunidade (Maluly; Ota; Comineti et al., 2015; Comineti, 2015; Sobrinho; Ota, 2024; Mesquita, 2016).

4.2 Documentos e instrumentos de governança da Rádio Educativa UFMS 99.9

A Rádio Educativa UFMS possui um conjunto de instrumentos normativos e de governança que dão sustentação formal à sua missão pública e educativa. A Política de Comunicação da UFMS (Resolução nº 410-COUN/UFMS, de 1º de julho de 2025) é o eixo normativo que orienta relações com públicos e as estratégias técnicas de comunicação da Universidade, abrangendo todas as unidades e veículos, inclusive a Rádio Educativa 99.9.

Ela é definida como “conjunto de diretrizes voltadas a orientar as relações entre a Instituição e seus públicos estratégicos, bem como nortear as ações técnicas e estratégias de comunicação, em consonância com o PDI/PPI 2025-2030” (art. 1º) e “deverá abranger toda Universidade” (art. 3º), devendo a comunicação institucional ser estratégica e seguir os princípios da Administração Pública: transparência, impessoalidade, interesse público, ética e legalidade, além do zelo pela imagem e pelo patrimônio institucional (art. 5º, parágrafo único).

Com relação às emissoras, a Resolução fixa princípios específicos: “garantia de finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” e “produção de informação jornalística com ênfase na educação, na cultura, na cidadania e meio ambiente” (art. 17, IV e

V), alinhando a programação ao interesse público. A esse conjunto se soma o Manual de Padronização e Estilo da Comunicação Institucional da UFMS (Instrução Normativa nº 5-AGECOM/2023), que padroniza critérios jornalísticos e orienta a produção de conteúdo para veículos institucionais da Universidade.

O Regimento Interno da Rádio Educativa UFMS 99.9 e da TV UFMS (Resolução nº 398-COUN/UFMS, de 21 de março de 2025) explicita a natureza, a missão e a governança das emissoras. Ambas “estão diretamente vinculadas à Agecom, tendo como órgão deliberativo e normativo o Conselho Consultivo” (art. 2º, § 2º), e a “chancela” significa a aprovação e a autorização do Conselho Consultivo para veiculação (art. 2º, § 3º). Sua missão é a “difusão de programação com fins educativos, artísticos, culturais, informativos e científicos, não tendo caráter comercial e nem fins lucrativos” (art. 3º).

Por fim, o regimento detalha composição, competências e funcionamento do Conselho (arts. 6º a 12), incluindo a periodicidade trimestral das reuniões, com pauta prévia, lavratura e aprovação de atas, e calendário anual (art. 11 e §§ 1º a 3º), além de lhe atribuir a avaliação da programação, de programas independentes e de apoio cultural (art. 10, I a III). O mesmo ato veda o uso do espectro para fins comerciais ou político-partidários e define critérios e seleção por edital para programas independentes (arts. 13 a 17), bem como disciplina o apoio cultural sem tratamento publicitário e com prestação de contas (arts. 18 a 20). Esses instrumentos estruturam a governança editorial e asseguram a aderência cotidiana à missão pública da Rádio Educativa UFMS.

4.3 Aplicação do checklist de indicadores e boas práticas

A Educativa UFMS se insere nesse cenário e, justamente por isso, faz sentido adotar parâmetros objetivos de gestão e conteúdo que protejam a missão editorial e ampliem o valor público entregue, articulando programação, mediação com a comunidade e prestação de serviços em formatos acessíveis. Os indicadores propostos buscam transformar o “costume tradicional” em ação racional referida a valores públicos, conforme os marcos da Lei nº 11.652/2008.

No caso da Rádio Educativa UFMS, a aplicação do *checklist* evidencia a presença de elementos centrais de governança e aderência à missão pública, como regimento interno, conselho consultivo, definição formal de finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas e científicas e normas institucionais que orientam a produção de conteúdo. Ao



mesmo tempo, o instrumento permite organizar de modo mais verificável critérios de programação, transparência, participação social e curadoria entre rede e local.

Quadro 2: boas práticas em rádios educativas universitárias

Indicador		Base legal	Diretriz	Evidências
1	Enquadramento educativo e não comercial para preservar a natureza pública da emissora.	Decreto nº 52.795/1963; Decreto Lei nº 236/1967; Lei nº 11.652/2008; MCom – Outorga educativa	Declarar missão educativa e não comercial em regimento e política editorial; Formalizar nos regimentos o enquadramento como espaço de comunicação pública e educativa, explicitando o compromisso com o interesse social além do institucional. Vedar proselitismo e fins partidários e mercadológicos em programas e apoios.	Regimento da rádio universitária aprovado e publicado.
2	Governança formal	Lei nº 11.652/2008 (princípios do sistema público)	Publicar regimento e política editorial com critérios de pauta, conteúdos sensíveis, direitos autorais e diversidade. Fontes de financiamento (recursos próprios, editais, apoio cultural)	Publicação da Política Editorial e regimento na página “Documentos”.
3	Conselho consultivo ativo	Lei nº 11.652/2008 (participação social)	Existência de Conselho Curador ou de Programação ativo, com membros da sociedade civil e comunidade acadêmica Instituir conselho plural, calendário anual de reuniões e atas públicas.	Ato de criação. Lista de membros. Publicação das atas com data.
4	Participação e Ouvidoria	Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011; Princípios de comunicação pública	Existência de Ouvidoria e canais ativos de interação (redes sociais, WhatsApp); Relatórios de feedback; Consultas públicas para grade de programação e musical.	Página “Ouvidoria” com prazos e relatórios. Dados abertos de grade e produção como condição para controle social qualificado.



5	Foco local articulado em rede (RNCP)	Lei nº 11.652/2008; Normas RNCP/EBC NOR 402	Balancear janelas locais e conteúdos de rede; Registrar coproduções.	Grade com blocos identificados. Registro de coproduções.
6	Pluralidade, diversidade e acessibilidade	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG); Linguagem simples	Políticas explícitas para diversidade de gênero e raça na equipe e programação; acessibilidade física e digital; Metas de diversidade de fontes e vozes.	Política de diversidade. Transcrições publicadas. Ações de acessibilidade desenvolvidas.
7	Extensão e divulgação científica	Diretrizes de comunicação pública; missão educativa	Reservar faixas semanais para ciência e extensão; Parcerias com cursos e grupos de pesquisa.	Página do programa com pautas, projetos desenvolvidos e links.
8	Formação estudantil supervisionada	Diretrizes acadêmicas institucionais	Programas de estágio e bolsas com supervisão, planos de aprendizagem, portfólios públicos e rodízio de funções.	Planos e portfólios das disciplinas e projetos desenvolvidos publicados na página.
9	Jornalismo público	Princípios de comunicação pública	Separar institucional e jornalístico; desenvolver manual para checagem e boletins de serviço.	Manual em PDF. Grade com boletins nomeados e links.
10	Transparência e Accountability	LAI nº 12.527/2011; princípios de comunicação pública	Publicar grade detalhada, indicadores, relatórios anuais e microdados de produção. Publicação online de políticas editoriais, manuais de redação e regimentos internos	Relatório anual sobre ações e apoios culturais recebidos. Arrecadação e aplicação de recursos. Ações de manutenções desenvolvidas.

Fonte: elaborado pela autora.



5 CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo examinar a Rádio Educativa UFMS 99.9 como uma experiência de radiodifusão universitária vinculada à comunicação pública. A análise voltou-se aos documentos da emissora, à sua organização institucional e às condições que sustentam sua atuação. Ao mesmo tempo, buscou transformar essa leitura em uma contribuição prática para o debate sobre rádios universitárias.

Um primeiro resultado do estudo foi mostrar que a rádio não pode ser reduzida a um canal auxiliar de divulgação institucional. O material analisado revela uma emissora com missão educativa definida, base normativa formal e capacidade de articular cultura, ciência, jornalismo, extensão e serviço à comunidade. Isso permite reconhecê-la como espaço de mediação entre universidade e sociedade.

Outro resultado importante foi a constatação de que existe distância entre o que os documentos projetam e o que a rotina consegue manter de forma estável. Problemas de infraestrutura, manutenção, orçamento e pessoal atravessam a operação cotidiana, interrompem iniciativas, reduzem a margem de experimentação e afetam a continuidade da programação. Nesse cenário, o *checklist* de boas práticas proposto pelo artigo se apresenta como uma síntese aplicada dos achados da pesquisa, ao reunir pontos que se mostraram decisivos para a leitura e o fortalecimento dessas emissoras, como missão clara, regras de funcionamento, instrumentos de transparência, proteção contra desvios de finalidade e compromisso com valor público.

Para as instituições universitárias, os resultados mostram que a rádio educativa precisa ser tratada como estrutura estratégica e não como peça secundária. Para os gestores, o estudo indica que documento, equipe, manutenção e regra clara são condições mínimas para garantir continuidade e coerência institucional. Para a sociedade, o caso confirma que rádios universitárias podem ampliar o acesso à informação, à cultura, à ciência e ao serviço em bases públicas. Para a teoria, o trabalho reforça que a radiodifusão universitária precisa ser analisada a partir da tensão concreta entre missão pública, vínculo institucional e condições materiais de funcionamento.

Entre as limitações da pesquisa, está o foco em um estudo de caso único, com predominância da análise documental e institucional. Também seria possível aprofundar o contraste entre o que a estrutura normativa prevê e o que a operação cotidiana efetivamente permite realizar.

Para pesquisas futuras, vale comparar rádios universitárias com diferentes formas de vinculação administrativa e diferentes condições de estrutura. Também parece produtivo investigar como o *checklist* proposto se comporta quando aplicado a outras emissoras, em universidades federais, estaduais e Institutos Federais, para verificar seus limites, ajustes e possibilidades de uso. Outra frente relevante está em estudar o financiamento, apoio cultural, presença digital e recepção social dessas rádios, combinando análise documental, entrevistas, observação e exame da programação em FM, *streaming* e formatos sob demanda.

REFERÊNCIAS

ABCPÚBLICA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA. Guia de comunicação pública. Brasília: ABCPública, 2023. Disponível em:

<https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2023/03/GUIA-DE-COMUNICACAO-PUBLICA.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Usos e significados do conceito de comunicação pública. [s. d.]. Disponível em:

<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963. Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 1963. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d52795.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 fev. 1967.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública e autoriza a constituição da EBC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 abr. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

COMINETI, Ariane. Repórter 104: a apresentação da informação noticiosa na emissora educativa de Mato Grosso do Sul. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) –

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/jspui/handle/123456789/2768>. Acesso em: 12 out. 2025.

DEL BIANCO, Nélia R. O ciclo da política pública brasileira de migração do rádio AM para FM: sustentabilidade, gestão do espectro e regulação. Revista Eptic, São Cristóvão, v. 20, n.

3, p. 7-25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/10778>. Acesso em: 12 out. 2025.

DEL BIANCO, Nélia R.; PINHEIRO, Elton Bruno; LOPEZ, Débora Cristina. Posicionamiento de las radios universitarias brasileñas ante el público: tensiones entre las dimensiones pública, institucional y educativa. *Quaderns del CAC*, Barcelona, n. 50, p. 87-100, 2024. DOI: 10.60940/qcac50id431856. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9776510/2.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. *Comunicação pública, sociedade e cidadania*, p. 121-134, 2011. Disponível em: <https://abcpública.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Sobre-a-Emerg%C3%AAncia-do-conceito-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%ABblica.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. NOR 402: Norma da Rede Nacional de Comunicação Pública / Rádio. Brasília: EBC, 2021. Disponível em: <https://acessoainformacao.ebc.com.br/institucional/atos-normativos/nor-402-norma-da-rede-nacional-de-comunicacao-publicaradio/nor-402-norma-da-rede-nacional-de-comunicacao-publicaradio-20122021/@@download/file>. Acesso em: 12 out. 2025.

FERRARETTO, Luiz Artur. O rádio antes do rádio: o Brasil como mercado para a indústria eletroeletrônica (1910–1920). *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 17, n. 33, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169512>. Acesso em: 12 out. 2025. Acesso em: 12 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; LOPEZ, Debora Cristina; BENZECRY, Lena. Rádios universitárias e o necessário enfrentamento ao negacionismo. *Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana, v. 12, n. 1, p. 31-53, 2021. DOI: 10.63234/radiofonias.v12i1.4997. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radiofonias/article/view/4997>. Acesso em: 12 out. 2025.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; MUSTAFÁ, Izani; MALERBA, João Paulo; MONTEIRO, Liana. Rádios universitárias entre a comunicação institucional e o jornalismo. *Revista Rádio-Leituras*, Mariana, v. 10, n. 2, p. 29-48, 2019. DOI: 10.63234/rl.v10i2.4037. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radio-leituras/article/view/4037>. Acesso em: 12 out. 2025.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; MUSTAFÁ, Izani; PIERANTI, Octavio Penna; HANG, Lorena. Rádios universitárias no Brasil: diferentes modos de endereçamento de programação em fluxo. *LIS – Letra. Imagen. Sonido. Ciudad Mediatizada*, Buenos Aires, v. 11, n. 20, p. 146-174, 2019. Disponível em: <https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/lis/article/view/5392/0>. Acesso em: 12 out. 2025.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; MUSTAFÁ, Izani; PIERANTI, Octavio Penna; HANG, Lorena. Rádios universitárias no Brasil: um campo em constituição. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 15, n. 29, 2019. DOI: 10.55738/alaic.v15i29.496. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/496/499>. Acesso em:

13 out. 2025.

LOCATELLI, Carlos Augusto; LUZ, Ana Javes Andrade da; PECORARO, Caroline Bastos Faria. Comunicação pública e transparência: questões conceituais para a pesquisa. *Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 59-69, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/57792>. Acesso em: 12 out. 2025.

MALULY, Luciano Victor Barros; OTA, Daniela Cristiane; INSFRAN, Adamo Antonione; SAMPAIO, Amanda Brito; COMINETI, Ariane; BIAGE, Eduardo Perotto; RODRIGUES FILHO, Lairtes Chaves; PEREIRA, Marcelo da Silva; URQUIZA, Moema Guedes. Implantação da Rádio FM UFMS – diretrizes e reflexões. *Revista Alterjor*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 1-25, 2015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/alterjor/article/view/aj12-procad>. Acesso em: 12 out. 2025.

MEDEIROS, Rafael; TEIXEIRA, Nísio. Modelo de programação das rádios universitárias públicas: além dos muros do campus, a estação do conhecimento. In: ALBUQUERQUE, Eliana; MEIRELES, Norma (org.). *Rádios universitárias: experiências e perspectivas*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. p. 78-95. Acesso em: 12 out. 2025.

MESQUITA, Naiane. UFMS lança nova rádio digital, depois de muitos anos de estação clandestina. *Campo Grande News*, Campo Grande, 18 jun. 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/ufms-lanca-nova-radio-digital-depois-de-muitos-anos-de-estacao-clandestina>. Acesso em: 12 out. 2025.

ONU. World Radio Day. Nova York: United Nations, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://www.un.org/en/observances/radio-day>. Acesso em: 13 out. 2025.

PIERANTI, Octavio Penna. Quase sessenta anos em um? A expansão da radiodifusão universitária e pública no Brasil. *Revista Eptic*, São Cristóvão, v. 26, n. 3, p. 8-22, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epctic/article/view/21574>. Acesso em: 12 out. 2025.

PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Políticas públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 303-326, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6634>. Acesso em: 12 out. 2025.

PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. Serviço de radiodifusão pública no Brasil: considerações sobre suas condições de origem e perspectivas. *Revista Rádio-Leituras*, Mariana, v. 7, n. 1, p. 35-59, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radio-leituras/article/view/173>. Acesso em: 12 out. 2025.

RIBEIRO, Helton; MONTEIRO, Carlos Barros. Rádio universitário e interesse público: uma análise a partir da programação musical. *Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Ouro Preto, v. 11, n. 2, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radiofonias/article/download/4603/3648>. Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, Luciana Paula Bonetti. O jornalismo no programa de rádio A Voz do Brasil em períodos de crise política: análise de coberturas entre 1985 e 2017. 2018. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198690>. Acesso em: 12 out. 2025.

SOBRINHO, Maurício Aguiar; OTA, Daniela Cristiane. Da Alternativa UFMS à Rádio Corredor: história e memória do radiojornalismo extensionista no curso de Jornalismo da UFMS. In: ENCONTRO CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 7., 2024, Campo Grande: Alcar Centro-Oeste, 2024. Acesso em: 12 out. 2025.

SOBRINHO, Maurício Aguiar; OTA, Daniela Cristiane. Radiojornalismo, extensão e espaço público: a diversidade de fontes presentes no programa universitário “Rádio Corredor”. In: INTERCOM – CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 24., 2024, Goiânia, GO. Anais [...] São Paulo: Intercom, 2024. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/regional/15/2064/05082024213216663c19907ac41.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

UFRGS. Rádio da Universidade. Porto Alegre: Setor de Patrimônio Histórico/UFRGS, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/radio-da-universidade>. Acesso em: 12 out. 2025.

UNESCO. Radio: UNESCO’s enduring commitment to information and communication. Paris: UNESCO, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/radio-unescos-enduring-commitment-information-and-communication>. Acesso em: 13 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Histórico. Campo Grande: Rádio Educativa UFMS, [s. d.]. Disponível em: <https://educativa.ufms.br/historico/>. Acesso em: 12 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Instrução Normativa n. 5-AGECOM/RTR/UFMS, de 20 de março de 2023. Aprova o Manual de Padronização e Estilo da Comunicação Institucional da UFMS. Campo Grande: UFMS, 2023. Disponível em: https://agecom.ufms.br/files/2023/03/SEI_23104.009449_2023_75.pdf. Acesso em: [inserir data original de acesso].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução n. 398-COUN/UFMS, de 21 de março de 2025. Aprova o Regimento Interno da Rádio Educativa UFMS 99.9 e da TV UFMS da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 2025. Disponível em: <https://boletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=554172>. Acesso em: 12 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução n. 410-COUN/UFMS, de 1º de julho de 2025. Estabelece a Política de Comunicação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 2025. Disponível em: <https://boletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=564532>. Acesso em: 12 out. 2025.

VÁZQUEZ GUERRERO, Marina. La radio universitaria en Iberoamérica: trascendencia y retos. *Comunicación y Medios*, Santiago, n. 31, p. 179-198, 2015. Disponível em: <https://comunicacionymedios.uchile.cl/index.php/RCM/article/view/36162>. Acesso em: 12 out. 2025.

ZÉMOR, Pierre. La communication publique. Paris: PUF, 1995. Col. Que sais-je? Cap. 1: O campo da comunicação pública. Tradução resumida: Elizabeth Brandão.